

**4/11/1985**

**Cana: usinas não cumprem acordo com bóias-frias.**

As usinas e fornecedores de cana-de-açúcar de São Paulo estão descumprindo os acordos coletivos firmados com os trabalhadores rurais. Nestes acordos estão inseridas comissões especiais de fiscalização, compostas de representantes dos empregadores, trabalhadores e Ministério do Trabalho que, apesar de atuarem, não se mostraram suficientes para o cumprimento dos acordos. As comissões já analisaram as regiões de Ribeirão Preto, São José dos Campos, Jaú, Marília e Campinas. A conclusão dos relatórios encaminhados ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, é uma só: são necessárias medidas efetivas de fiscalização para o setor canavieiro de São Paulo.

Grandes usinas foram autuadas pela comissão especial que averiguou o cumprimento do acordo na região de Ribeirão Preto. Mas o secretário de Relações do Trabalho, Plínio Gustavo Sarti, afirmou que as usinas e fornecedores que estavam descumprindo os acordos, se prontificaram a agir corretamente. Pelo menos dois resultados, na opinião de Sarti, estão sendo obtidos com a criação dessas comissões a figura do Gato — o intermediário da mão-de-obra rural — está desaparecendo e a credibilidade do Ministério do Trabalho está crescendo. Mas Sarti ressaltou que o Gato só está deixando de atuar junto às grandes propriedades rurais.

As comissões especiais de fiscalização promoveram Min em 34 municípios daquelas regiões, visitando 2.238 empresas que empregam 124.453 trabalhadores rurais. O total de volantes no Estado é de 300 mil. As comissões especiais de fiscalização também foram criadas com os acordos de canavieiros realizados em Pernambuco e Rio Grande do Norte, mas os relatórios ainda não foram concluídos. Essas comissões, entende Sarti, significam um avanço nas relações de trabalho. "Mas sua criação depende exclusivamente de acordos que, por sua vez, só podem ser negociados se as duas partes — empregadores e trabalhadores —, estiverem organizadas em sindicatos."

A fiscalização, acredita Parti, é a fórmula mais eficiente para o combate à figura do gato. A comissão do Direito do Trabalho iniciou um estudo para reformular a legislação do trabalhador do campo, mas, segundo o consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Eduardo Rodrigues, as discussões são muito preliminares e não podem traduzir um posicionamento da comissão.

**(Página 14)**